



A relação política entre Cuba e Estados Unidos:

Da Revolução Cubana ao falecimento de Fidel Castro

Eduarda Lattanzi¹

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo central realizar um estudo sobre a relação entre Cuba e Estados Unidos no período correspondente entre a Revolução Cubana (1959) até o falecimento do principal líder da Revolução, Fidel Castro (2016), destacando a complexidade da relação nos diversos contextos históricos e os interesses antagônicos entre um país que compõe a periferia no Sistema Internacional e o *hegemon*.

Às 22:29h do dia 25 de Novembro de 2016, Fidel Castro, um dos líderes da Revolução Cubana (1959)² faleceu aos 90 anos em um contexto de redefinições políticas no mundo, a exemplo da recente eleição de Donald Trump como líder do governo dos Estados Unidos, país que mantém uma relação historicamente delicada com Cuba.

Diante deste fato, muito se especula sobre a manutenção do regime cubano a partir da morte de seu protagonista. Contudo, quais são as dificuldades da Ilha no pós Guerra Fria (a partir de 1990)? Esse breve artigo é resultado das considerações obtidas após pesquisa de conclusão de curso da graduação em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle – RJ (2014), que buscou problematizar a resistência de Cuba e suas limitações como país periférico no Sistema Internacional.

¹ Mestranda em Direito e Políticas Públicas pela UNIRIO. Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle – RJ. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL – UNIRIO).

² Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38059524>. Acesso em: 26/11/2016.

A Revolução Cubana:

A Revolução Cubana foi realizada dentro de um contexto de incertezas políticas e econômicas. Na década de 1950, a economia do país era pouco diversificada, centrada na produção de açúcar e dependente do mercado estadunidense, o que resultou em desenvolvimento interno insustentável, devido à flutuação do preço do produto no mercado internacional (PÉREZ, 2010, p. 224). O âmbito político também era marcado por incertezas: Fulgêncio Batista governou o país via eleições diretas (1940-44), sendo substituído por Ramón Grau San Martín (1933-34 e 1944-48) e Carlos Prío Socorrás (1948-52), retornando ao poder como ditador no período transcorrido entre 1952-59 (AYERBE, 2004, p. 28).

Em 1958, a economia de Cuba entrou em colapso. O aumento de 10% de desemprego ao ano resultou no maior número de desabrigados, tráfico de drogas, crime, prostituição, suicídios. (PÉREZ, 2010, p. 228). O país era visto, sobretudo pelos Estados Unidos, como paraíso dos excessos, lugar para cassinos e prostituição (AYERBE, 1998).

Nesse contexto, surgiram opositores ao regime de Batista que se organizavam para desencadear um processo revolucionário no intuito de resgatar os interesses nacionais, restaurando a liberdade e soberania do país. Uma dessas organizações que recebeu maior destaque foi o “Movimento 26 de Julho”, liderado por Fidel Castro, Camilo Cienfuegos e Ernesto Guevara (AYERBE, 2004, p. 26).

Em 1º de janeiro de 1959, os líderes da revolução cubana conseguiram através da luta armada chegar até Havana e retirar do poder Fulgencio Batista. Neste momento, apesar de simpatizarem com o comunismo, o movimento tinha caráter nacional-democrático (BANDEIRA, 1998, p. 297). Ayerbe (2004, p. 31) acrescenta que além da normalidade democrática do país, também fizeram parte das motivações para a Revolução questões como o reconhecimento da Constituição de 1940 como lei fundamental do Estado, a atribuição de terras a camponeses que ocupassem até 13.430 m², participação de 30% dos lucros de grandes empresas aos trabalhadores assalariados, concessão de 55% de participação nos lucros de cana-de-açúcar aos colonos somados à cota mínima de 40 mil arrobas e, por último, confisco de bens que não estavam, na visão dos revolucionários, administrados corretamente. À medida que a rebelião contra Batista avançava, houve um aprofundamento da reflexão sobre as raízes socioeconômicas do sistema e adoção das



primeiras experiências de caráter social como, por exemplo, a reforma agrária (Ibidem, p. 38).

Pérez (2009, p. 237) afirma que a consciência da luta em nome do povo, justiça e liberdade sempre estiveram presentes no discurso e promessas desses líderes guerrilheiros, fazendo com que recebessem cada vez mais simpatizantes à nova gestão.

Apesar de as primeiras ações do Movimento 26 de Julho terem sido para melhorar a condição de vida do povo, os Estados Unidos, país capitalista, no contexto de Guerra Fria e disputa de poder com União Soviética, país socialista, reagiram negativamente às políticas cubanas. Deste modo, a próxima sessão abordará o nível sistêmico nesse período, enfatizando as relações Cuba entre Estados Unidos.

O Contexto Externo

No período em que ocorre a Revolução em Cuba, é eleito nos EUA o presidente Eisenhower (1953 – 61), conhecido por “endurecer” a Guerra Fria. Durante sua gestão, o mandatário apoiou ações intervencionistas nos países da região com tendência à esquerda, como foi o caso da Guatemala, onde foram instituídas políticas de cunho nacionalista que ameaçavam interesses de empresas estrangeiras instaladas no país, porém, no caso de Cuba, o plano de invasão não chegou a ser concretizado por razões políticas e eleitorais, sendo deixada para o próximo presidente colocar em prática (AYERBE, 2004, p. 45-6).

A Política Externa do presidente Kennedy (1961-1963) dava maior importância à América Latina. A Revolução Cubana era vista como um exemplo do que poderia acontecer com outros países da região se os Estados Unidos insistissem no intervencionismo. Apesar disso, era preciso conter o possível transbordamento da ideologia revolucionária. No mês seguinte da vitória de Kennedy foi iniciado um plano de ação de intervenção em Cuba, devido ao não alinhamento daquele país aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria (AYERBE, 2004, p. 46-8). O referido autor narra o evento da seguinte forma:

Uma expedição de 1.500 homens, vinda da Guatemala, desembarca na Baía dos Porcos, na Província de Las Villas, e é rapidamente derrotada pelas forças cubanas, que fazem vários prisioneiros. O governo Kennedy é obrigado a assumir publicamente a ação, com altos custos políticos para a credibilidade



de seu programa de desenvolvimento para a América Latina e o Caribe. A partir daqui, ficam claramente explicitadas as respostas que se devem esperar em caso de não-alinhamento com os Estados Unidos.” (Ibidem, p. 49).

A tentativa frustrada de intervenção radicalizou as relações entre Cuba e Estados Unidos. Diante desse acontecimento, os Estados Unidos impuseram um bloqueio econômico contra a ilha na tentativa de pressionar a queda dos novos líderes adeptos ao comunismo. Para contornar esse obstáculo, os governantes de Cuba perceberam a necessidade de buscar outros parceiros comerciais e aliou-se com a União Soviética (SEGRERA, 1994, p. 86).

Ayerbe (1998) acrescenta que, em 1961, quando Cuba assina acordos comerciais com a União Soviética, o governo norte-americano havia rompido relações diplomáticas com o país. Portanto, além de representar importância política, essa nova aliança também contribuiu para a economia, pois o preço do açúcar não variava com as flutuações do mercado internacional, sendo uma forma de também diversificar a dependência que o país tinha em relação ao mercado americano.

O auge dessa relação conflituosa entre esses dois países se deu com o episódio da Crise dos Mísseis em 1962. Segundo Keylor (2001), até então a URSS não alcançava os EUA em termos de poder político, econômico e militar. Para superar essa inferioridade, Khrushchev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (1953-64), instalou mísseis de médio alcance na ilha cubana aliada, localizada a 160 km da costa americana, de forma a alcançar a paridade estratégica. As consequências desta estratégia para Cuba quase resultaram em ataques de retaliação norte-americana como resposta de retirada dos mísseis soviéticos (KEYLOR, 2001, p. 335).

Após a Crise dos Mísseis (1962), a relação entre Cuba e Estados Unidos foi marcada por altos e baixos até o fim da Guerra Fria, quando os Estados Unidos saíram vitoriosos e ocorreu a dissolução dos países que faziam parte da União Soviética. Esses novos atores, de forma a se inserir no novo Sistema Internacional, foram obrigados a adaptar sua política (FARIA; MIRANDA, 2003, p. 58 e 59).

Dito isso, antes de adentrar na fase do Período Especial experimentada por Cuba após a Guerra Fria, o próximo tópico tratará de apresentar os indicadores sócio-econômicos da Ilha e a estratégia de privilegiar políticas sociais, possibilitadas a partir da aliança com a União Soviética.



Indicadores Sócio-Econômicos (1960-85)

Indicadores econômicos sobre Cuba no período compreendido entre 1960 a 1985 apontam para uma média de crescimento do produto interno bruto *per capita* de 3,5%. O desenvolvimento na economia foi impulsionado por políticas como a nacionalização de capital externo, a contribuição de 4% do salário dos trabalhadores, o controle de importação e a estimulação das exportações (AYERBE, 1998). Esse resultado também possibilitou investimentos na esfera social como o aumento de salários, direitos trabalhistas, diminuição de aluguéis residenciais, diversificação da estrutura econômica da agricultura para a industrialização e a realização da reforma agrária, contribuindo para mais igualdade econômica e social na sociedade cubana, como foi definido no documento *La Historia Me Absolverá* (1953).

É consenso entre a historiografia pesquisada afirmar que em relação à política externa, quando feita a Revolução em 1959, os líderes cubanos não eram filiados a nenhum partido. O vínculo com o Partido Comunista só se deu de fato após o episódio da Baía dos Porcos em 1961 em que os Estados Unidos mostraram-se contrários à governança de Fidel após tentar invadir a Ilha, obrigando Cuba a posicionar-se no contexto da Guerra Fria. Enquanto os Estados Unidos pressionavam pela queda de Fidel, a União Soviética oferecia acordos lucrativos e compensações mútuas pela participação cubana no Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECOM), tornando o país caribenho um país socialista e próspero economicamente.

O povo diante disso tudo era, em sua grande maioria, solidário à governança de Fidel e legitimava sua forma de governo, especialmente durante a época analisada aqui (BANDEIRA, 1998, p. 2).

O pós Guerra Fria e o Período Especial na década de 1990

De acordo com Anderson (1995), para alguns autores, a Nova Ordem Mundial, estabelecida após o fim da Guerra Fria não representou somente a vitória dos Estados Unidos contra a União Soviética, mas o triunfo da ideologia liberal contra o comunismo. Segundo o autor, neste momento de transição ocorreu uma onda de conservadorismo

político que perpassou desde os antigos países soviéticos até a América Latina, passando também pelos Estados Unidos e Europa Ocidental.

Enquanto os países que faziam parte do Leste Europeu optaram pela radicalização e implementação do neoliberalismo na política e na sociedade (ANDERSON, 1995), Cuba optou por tentar resguardar sua soberania nacional e os valores revolucionários de manutenção de uma igualdade social respaldada por garantias nas áreas de educação e saúde para todos ao tentar conciliar internamente duas formas de organização: planejamento estatal associado às reformas econômicas que se aproximam do modo de produção capitalista.

Para Carcanholo e Nakatani (2002), a aceleração da crise cubana no período de 1989 a 1993 está relacionada com a derrocada da União Soviética e o acirramento do bloqueio americano contra o país. Os estudiosos nos lembram do histórico da relação de dependência cubana antes em relação à economia americana e posteriormente à soviética com o vínculo formado pelo Comecom. Fazer parte daquele bloco possibilitava a Cuba o acesso às máquinas e equipamentos, alimentos, combustíveis e matérias-primas com preços definidos por contratos bilaterais, independente do preço praticado pelo mercado internacional. Quando o bloco - juntamente com a União Soviética – se extingue, o país passa por um período depressivo, pois os Estados Unidos aproveitam o momento para intensificar o boicote econômico a fim de pressionar a queda dos líderes comunistas (PÉREZ, 2010, p. 292-3). Ayerbe (1998) contabiliza em nove bilhões de dólares o prejuízo que Cuba teve com o boicote americano no período entre 1962 e 1985 (AYERBE, 1998). Além disso, Pérez (2010) ressalta que o comércio exterior cubano a passa a ser influenciado pelo mercado internacional que não favorecia o país naquele momento: o petróleo estava em alta e o açúcar (principal produto exportador) em baixa, debilitando ainda mais a sua situação econômica (PÉREZ, 2010, p. 292-3).

Em 1992, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o chamado “Ato Torricelli” que consistia na proibição de subsidiárias americanas de investirem e/ou comercializarem com Cuba. Este Ato relacionava-se aos setores alimentícios, farmacêutico e fornecimentos médicos em geral, que representavam 90% do comércio entre Cuba e as referidas subsidiárias. O objetivo de tal resolução era subverter o governo cubano em prol da promoção da “mudança democrática não violenta” do país (Ibidem, p. 298-9).

Em novembro do mesmo ano, os Estados Unidos criaram novos empecilhos para

reduzir a ajuda externa ao país como restringir viagens de americanos e estabelecer uma cota máxima anual de U\$ 500 dólares para serem gastos na Ilha com o turismo. O presidente Bill Clinton expandiu as sanções, proibindo as remessas de familiares e também qualquer tipo de viagem ao país sem visto específico do Departamento do Tesouro. Em 1996, Clinton criou a Lei Helms-Burton (Ato da Liberdade Cubana e Democracia Solidária) que consistia em punições para empresas estrangeiras, governos e instituições que promoviam algum tipo de ajuda financeira a Cuba. (Ibidem, p. 299-1).

Os dados do Comércio Exterior de Cuba ao longo do Período Especial estudado aqui (1989-93) apontam para queda tanto na exportação de produtos quanto na importação. Sabe-se que 79,9% dos produtos cubanos exportados tinham como destino o bloco socialista e apenas 20,1% os países capitalistas. Essa diferença percentual também ocorria com os produtos importados: 85,3% eram provenientes dos países com economia centralizada enquanto 14,3% eram oriundos dos países de economia liberal. Após 1990, portanto, com a desintegração do bloco socialista que Cuba dependia economicamente, os produtos de maior exportação pela Ilha - açúcar, níquel, tabaco e cítricos - apresentaram queda entre 20 e 40% e o principal produto importado, petróleo, demonstrou uma perda maior que 50% (CARCANHOLO; NAKATANI, 2002).

Setores considerados importantes na Revolução como saúde e educação também foram afetados pela recessão. A falta de remédio para asma atingiu cerca de 800.000 cubanos; metade das crianças entre seis e 12 meses estavam desnutridas e 1/3 das gestantes foram diagnosticadas com anemia no primeiro trimestre de gestação. No campo educacional, universidades e escolas técnicas que antes eram tidas como referência em educação, passaram a apresentar futuro incerto. (PÉREZ, p. 296).

Diante deste cenário pessimista, a taxa de pessoas empregadas no mesmo período caiu apenas 0,4%, devido ao perfil do governo que busca enfatizar o aspecto social. Iniciou-se uma política de proteção ao emprego e manutenção dos salários.

O autor ainda ressalta que a situação só não foi mais grave devido ao controle de preços e subsídios dados através do sistema de racionamento de *libretas* com o objetivo de controlar a inflação, uma vez em que a taxa de liquidez cresceu 169,3%: resultado da alta demanda e pouca produtividade. (Ibidem, p. 292).

Além disso, apesar das dificuldades mencionadas, o país conseguiu manter a taxa de mortalidade infantil a menor da América Latina e uma das menores no mundo com 7,2

mortos a cada 1000 nascimentos. A formação de médicos cubanos no período também foi crescente: em 1992, Cuba contabilizava 400 médicos de família. No final dos anos 1990 esse número aumentou para 65.000 doutores o que significava um médico para 170 habitantes. (Ibidem, p. 296).

O período de adaptação também foi marcado por mudanças nos índices demográficos no país. Muitos dos filhos da geração que vivenciou a Revolução se viram sem alternativa e decidiram emigrar com a esperança de viver uma vida melhor em outro lugar. A taxa de fertilidade foi a menor dos últimos 20 anos devido ao aumento do número de abortos e suicídios. Entre 1988 e 1990, a cada 10 nascimentos, nove bebês eram abortados. (SEGRERA, 1994, p. 297).

Diante desse cenário pessimista, o governo cubano precisou reorganizar-se político e economicamente a fim de resistir às pressões externas, tema que será tratado na próxima sessão.

Reavaliações de estratégias

Mudanças econômicas domésticas e reavaliação da posição cubana no Sistema Internacional foram importantes nesta fase de adaptação. (SEGRERA, 1994, p.30). Sabe-se que essas mudanças na esfera econômica já vinham acontecendo desde 1986, mas com o fim da União Soviética em 1990, se intensificaram. No plano interno, por exemplo, o turismo, o programa alimentar, a indústria farmacêutica e a estimulação de atividade privadas de produção se tornaram prioridade para o desenvolvimento econômico do país.

Em relação ao turismo, Cuba em 1991 recebeu 365.817 estrangeiros, o que gerou receita da ordem de US\$ 290 milhões de dólares. Em 1994, foram 33,4% de turistas a mais e um ganho de US\$ 400 milhões de dólares (SEGRERA, 1994, p. 43). Em 2011, segundo fonte oficial de estatística, mais de dois milhões de pessoas visitaram a Ilha, representando setor importante para o Produto Interno Bruto do país.

Apesar de essas reformas terem favorecido a economia cubana, por outro lado, produziram efeitos contrários ao esperado, afetando o conteúdo socialista e equitativo da sociedade. Marco da Silva, Guilherme Johnson e Antônio Arce (2012) explicam essa questão com o exemplo da autorização do governo para os *trabajadores por cuenta propia*. Apesar de tal autorização ter beneficiado aqueles que puderam abrir seu próprio negócio, também contribuiu para a polarização social, uma vez que essas pessoas



conseguiram ter acesso às divisas estrangeiras e acumular capital, enquanto os que não estão neste ramo não puderam se beneficiar da mesma oportunidade. (SILVA; JOHNSON; ARCE, 2012).

Além dessas reformas de caráter interno, outras voltadas para o exterior também foram importantes, tais como associação do capital nacional com o capital externo através de *joint ventures* e a despenalização da posse de divisa conversível. O artigo 23 da Constituição de Cuba em julho de 1992 afirma que: “O Estado reconhece a propriedade das empresas mistas, sociedades e associações econômicas que se constituem conforme a lei” (*Constitución de La República de Cuba, 1992*)³.

A partir desse respaldo em dispositivo legal, autorizou-se o estabelecimento de 237 empresas estrangeiras, com participação que podem corresponder a mais de 49% das ações, dependendo do tipo de empreendimento. Essa política de aproximação do sistema capitalista teria beneficiado a sociedade, pois aumentou a contratação de trabalhadores. (SEGRERA, 1994, p. 46).

Também nessa época ampliaram-se os parceiros comerciais: China, Coréia do Norte, Vietnã, Europa Ocidental, América Latina e países islâmicos passaram a fazer parte das relações econômicas de Cuba. (PÉREZ, 2010, p. 302).

Em 2008, a Assembleia Nacional elegeu Raúl Castro o novo presidente de Cuba e Fidel cedeu a liderança para seu irmão, até então vice-presidente. Essa não foi a primeira vez que Raúl ocupou o cargo, pois, em 2006, ele substituiu o irmão que estava enfermo (BACHTOLD, 2008).

Com a chegada de Raúl ao poder, as esperanças daqueles que desejavam uma maior abertura política do país são renovadas, no entanto, Fidel Castro permanece à frente do Partido Comunista Cubano (PCC) e da tomada de decisões políticas, limitando a probabilidade de qualquer mudança significativa nessa esfera, segundo a autora (Ibidem).

Bachtold (2008) ainda ressalta a necessidade da presença de Fidel para a manutenção do sistema político do país, principalmente porque a maioria da população nasceu após a Revolução e só conhece o próprio como presidente (Ibidem).

As condições encontradas pelo novo governante, no entanto, não eram

³No original: “El Estado reconoce la propiedad de las empresas mixtas, sociedades y asociaciones económicas que se constituyen conforme a la ley (Constitución de La República de Cuba, 1992).

satisfatórias. Resultados econômicos apontavam para a contração produtiva nos setores manufatureiro e agrícola; *déficit* orçamentário; problemas relacionados à liquidez monetária; *déficit* na balança de bens e contas externas e diminuição do ritmo do crescimento do Produto Interno Bruto no período de 2007 a 2009. (MESA-LAGO; LÓPEZ, 2013, p. 25).

Para Mesa-Lago e López (2013), as reformas estruturais que estão sendo realizadas pelo governo atual são marcadas pelo pragmatismo. Segundo esses autores, as mudanças apresentadas têm caráter gradual e buscam ser modestas, mas não deixam de ser pragmáticas. (MESA-LAGO; LÓPEZ, 2013, p. 25). Exemplos de tais reformas são: o projeto para fim de dualidade monetária e possibilidade de importação de automóveis.

O fim da dualidade monetária é um projeto que se prolonga desde o ano de 2011 e cujo principal objetivo é o reestabelecimento do valor do peso cubano e de suas funções como dinheiro (unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor). Segundo o Chefe da Comissão Permanente para Implementação e Desenvolvimento, Leonardo Andollo Valdés, em 2013, afirmou que por se tratar de um processo gradual que atingirá pessoas jurídicas e naturais, aquelas que mantiverem reservas em Peso Cubano Convertível (CUCs) – uma das moedas oficiais em Cuba com taxa de câmbio 1 USD = 1 CUC, manipulada principalmente por turistas e trabalhadores na área do turismo - não serão prejudicadas⁴.

Sobre a possibilidade de importação de automóveis, desde, 2011, está autorizada a transmissão de propriedade de veículos por compra, venda ou doação entre os cidadãos residentes no país, expressos no Decreto 292, de acordo com o Diário Oficial de Cuba. A razão para tal abertura está no preço elevado dos carros que faz com que poucas pessoas tenham acesso a este bem, causando especulação do preço, bem como enriquecimento de um grupo seletivo. Deste modo, torna-se necessária a reavaliação de políticas para redução de burocracias, uma vez que elevação de preço e concentração de renda não fazem parte do interesse nacional (HERNÁNDEZ, 2013).

No âmbito diplomático, o governo de Raúl Castro também foi marcado por intenção de normalização na relação com os Estados Unidos.

⁴ Disponível em: <http://www.juventudrebelde.cu/cuba/2013-10-22/reunion-del-consejo-de-ministros-analiza-temas-economicos>. Acesso em: 26/11/2016.



Mônica Hirst, em artigo escrito para a Folha de São Paulo (2014), identifica três fatores que, na sua visão, contribuíram para o retorno da relação entre Cuba e Estados Unidos: a transformação de natureza doméstica; a força da Igreja Católica e a condição regional favorável.

O primeiro está relacionado com as mudanças feitas na economia cubana. Para além do que já foi mencionado, é preciso ainda ressaltar as modificações institucionais relativas aos mecanismos de representação, assim como a ampliação dos atores sociais que têm tido sua capacidade de mobilização social ampliada nos últimos anos (Ibidem).

A Igreja Católica que tinha pouca influência em Cuba nos anos 1960 passa a exercer maior poder no país por meio da função de mediadora e provedora do diálogo. Deste modo, pode-se atribuir os avanços na aproximação dos dois países à Arquidiocese de Havana, além das políticas feitas pelo então presidente (Ibidem).

Já os fatores regionais estão relacionados com a aceitação que os demais países latino-americanos têm com relação à participação cubana em fóruns internacionais desde a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e reafirmados na posição consensual da presença de Cuba na Cúpula das Américas em 2015. Tal aceitação é decorrente da relevância de Cuba nas negociações de paz na Colômbia e seu poder de influência sobre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), além do reconhecimento da importância deste país na Cooperação Sul-Sul e frentes humanitárias contra desastres como, por exemplo, o envio de médicos cubanos para auxiliarem no combate ao Ebola na África. (Ibidem).

Apesar dos avanços apontados na relação entre Cuba e Estados Unidos, ainda existem desafios que precisam ser superados. Cuba ainda não tem o direito de participar da Organização dos Estados Americanos (OEA), fazendo parte de uma lista de sete países que não podem receber assistência na área de segurança, entre eles, Irã, Iraque, Coreia do Norte, Sudão e Síria (HERZ, 2002).

Fazer parte da OEA é essencial, sobretudo quando existe uma vontade de cooperação na segurança costeira e combate ao crime organizado em todo o Caribe, conforme perspectivas apontadas em artigo na Folha de São Paulo (HIRST, 2014).

Apesar dessa análise de Hirst, Raúl Castro disse em discurso em junho de 2016, que Cuba não deseja fazer parte da OEA, pois entende que a Organização é instrumento



de dominação imperialista⁵, portanto, contradiz os interesses nacionais cubanos de se manter resistente.

Contudo, apesar dessa declaração, em 2015, Obama sinalizou uma intenção de reaproximação diplomática com a Ilha e, no início de 2016, foi o primeiro presidente norte-americano em mais de 50 anos a visitar o país, atribuindo esse simbolismo a um novo capítulo na história de Cuba e Estados Unidos⁶.

No entanto, o fim do boicote econômico contra Cuba ainda não foi derrubado pelo Congresso norte-americano. Existe uma esperança de que o fim do embargo seja benéfico para ambos os países ao passo em que se vive um novo questionamento sobre as preservações dos valores nacionais cubanos a partir de tal cooperação.

A partir das questões analisadas, a morte do principal líder da Revolução e mudança de governo nos Estados Unidos, esses questionamentos ressurgem com a expectativa sobre possíveis avanços ou retrocessos na relação, tais como manutenção da resistência cubana ou adequação ao sistema do país hegemônico.

Considerações Finais:

Após a análise realizada, pode-se perceber que Cuba ao longo do tempo passou de uma relação de dependência em relação aos Estados Unidos e União Soviética. No que diz respeito ao domínio norte-americano, a relação de Cuba com esse país era a de subserviência, baseada no autoritarismo político e no favorecimento econômico da elite cubana.

Após a Revolução em 1959 e o alinhamento com a União Soviética em meados da década de 1960, a relação entre Cuba e URSS não foi de subserviência, mas de apoio econômico e político mútuo. Apesar de ter existido uma dependência na esfera econômica com o bloco soviético, questão que ficou clara com a desintegração da URSS e a posterior crise econômica cubana, Cuba conseguiu alcançar uma igualdade social, beneficiando o povo com o acesso à saúde, educação e segurança pública.

⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/06/1778362-cuba-nunca-voltara-a-oea-diz-raul-castro.shtml>. Acesso em: 26/11/2016.

⁶ Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/07/02/us/us-cuba-restoring-diplomatic-ties-and-reopening-embassies.html>. Acesso em: 26/11/2016.



Com o fim da Guerra Fria e conseqüentemente da União Soviética, Cuba se viu sozinha. A inserção internacional desse país no novo ordenamento mundial foi realizada de forma pragmática, a partir de revisão de erros anteriores, procurando desconcentrar a dependência do país que ainda existe na baixa diversificação de parceiros econômicos e políticos.

A aproximação com os Estados Unidos nos últimos anos reflete a vontade política de ambos os países de superarem os conflitos da Guerra Fria para uma parceria que os beneficiaram nos âmbitos político e econômico. No entanto, a ideia de ser um modelo de resistência contra-hegemônico e autônomo ainda persiste.

Por essas razões, a partir dos primeiros indícios de normalização política entre Cuba e Estados Unidos, observados com a visita simbólica de Obama a Cuba no ano de 2016, a recente morte de Fidel e a eleição de Donald Trump, que promete uma política externa conservadora, faz com que a discussão sobre Cuba retorne para atualidade e levante questões para serem observadas, como as ações de abertura econômica de Raúl Castro, uma vez que não haverá mais a presença de Fidel no PCC para contê-las e, como se estabelecerá a relação da Ilha com o novo governo dos Estados Unidos.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: Pablo Gentili e Emir Sader (orgs.), Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

AYERBE, Luiz Fernando. *A Política Externa dos Estados Unidos e a Trajetória do Desenvolvimento Cubano*. São Paulo: Perspectivas, 1998.

_____. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004.

BACHTOLD, Isabele V. *A renúncia de Fidel Castro: continuidade na sucessão presidencial*. Meridiano 47, Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, 92 23-25, 2008. Disponível em:

<http://search.proquest.com/openview/c759a8f2e046f7896e3b702254c50285/1?pq-origsite=gscholar>. Acesso em: 25/11/2016.



BANDEIRA, Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; NAKATANI, Paulo. *Crise e Reformas de Mercado: A experiência de Cuba no anos 90*. Revista Latinoamericana de Economia, México, v. 33, n° 128, Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/pde/pde128/PDE12807.pdf>. Acesso em: 26/11/2016.

CASTRO, Fidel. *A História me Absolverá*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1953.

FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz. *Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Contexto, 2003.

CUBA. Constituição (1992). La Habana: Ciencias Sociales, 1992.

HERNÁNDEZ, Leticia Martinez. *Entraran em vigor nuevas regulaciones para la venta minorista de vehículos*. Net Juventud Rebelde. La Habana, Dez. 2013. Disponível em: <http://www.juventudrebelde.cu/cuba/2013-12-19/entraran-en-vigor-nuevasregulaciones-para-la-venta-minorista-de-vehiculos>. Acesso em: 26/11/2016.

HERZ, Mônica. *Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria*. Estudos avançados [online], vol. 16, n.46 (2012). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a07.pdf>. Acesso em: 26/11/2016.

HIRST, Mônica. *Fatores regionais e globais permitiram reatamento de Cuba e EUA*. Folha de São Paulo. São Paulo, Dez. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/12/1564757-analise-fatores-regionais-e-globais-permitiram-reatamento-de-cuba-e-eua.shtml>. Acesso em: 26/11/2016.

KEYLOR, William R. *História do Século XX*. Ed. Europa-América, 2001.

MESA-LAGO, Carmelo; PÉREZ, Jorge López. – *Cuba Under Raúl Castro: assessing the reforms*. – USA: Ed. Lynne Rienner Publishers, 2013.

PÉREZ Jr., Louis. *Cuba between reform and revolution*. New York: Oxford University Press, 2010.

Reunión del Consejo de Ministros analiza temas económicos. Net Juventud Rebelde. La Habana, Out. 2013. Disponível em: <http://www.juventudrebelde.cu/cuba/2013-10-22/reunion-del-consejo-de-ministros-analiza-temas-economicos>. Acesso em: 26/11/2016.

SEGRERA, Francisco. *Cuba cairá?* Petrópolis: Vozes, 1994.



SILVA, Marcos Antônio da; JOHNSON, Guilherme A.; ARCE, Anatólio Medeiros. *A Revolução Cubana na encruzilhada: a crise dos anos 90 e as alternativas-elementos para um debate ignorado*. Rev. Sociedade e Território, Natal, v. 24, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/revset/index.php/revset/article/view/83> . Acesso em: 26/11/2016.